CONECTE-SE!
REVISTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO
Pró-reitoria de Extensão | PUC Minas

Navegar: travessias para a ecologia integral na região do Zé Açu (Parintins, AM): da práxis extensionista ao relato de experiência científica

Claudia Venturini[1]
Alexandre M A Diniz[2]
Jacqueline do Carmo Reis[3]
Adriana Diniz de Deus[4]
Alailson Santos Souza[5]
Sarah Gomes da Silva[6]

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência decorrente de uma incursão extensionista realizada na região do Zé Açu, no município de Parintins, Amazonas, no âmbito do projeto "PUC Minas e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Missão na Amazônia, cujo lema é Navegar: Travessias para a Ecologia Integral". Fundamentado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico rápido e participativo das comunidades rurais da região, com vistas a subsidiar a construção compartilhada de futuras ações extensionistas. Os resultados evidenciam um território ribeirinho marcado por importantes vulnerabilidades socioambientais, especialmente nos campos da saúde, saneamento, infraestrutura, educação, mobilidade, energia e geração de renda. Ao mesmo tempo, revelam forte organização comunitária, presença de lideranças locais, saberes tradicionais, redes de cooperação e elevada receptividade ao diálogo com a universidade. A relevância da experiência consiste na produção de um conhecimento construído na vivência com a realidade local e com a escuta sensível da comunidade, capaz de evitar propostas descontextualizadas e fortalecer o protagonismo dos sujeitos locais na definição de prioridades. A experiência demonstra que a extensão universitária, quando orientada pela escuta qualificada, pela ecologia de saberes e pela coprodução do conhecimento, pode superar práticas assistencialistas e constituir-se como instrumento de transformação social. Conclui-se que o diagnóstico participativo realizado oferece base consistente para ações extensionistas interdisciplinares, territorialmente situadas e comprometidas com a ecologia integral e o protagonismo das comunidades amazônicas.

[1] claudiaventurini@pucminas.br
[2] alexandrediniz@pucminas.br
[3] jacreisfisio@hotmail.com
[4] adinizdedeus@gmail.com
[5] pealailson@gmail.com
[6] sarahgomes718@gmail.com

Venturini, C., M A Diniz, A., do Carmo Reis, J., Diniz de Deus, A., Santos Souza, A., & Gomes da Silva, S. NAVEGAR: TRAVESSIAS PARA A ECOLOGIA INTEGRAL NA REGIÃO DO ZÉ AÇU (Parintins, AM): da práxis extensionista ao relato de experiência científica. *Conecte-Se! Revista Interdisciplinar De Extensão*. Recuperado de https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/38501

Palavras-chave: extensão universitária; diagnóstico rápido participativo; ecologia integral; comunidades ribeirinhas; Parintins.

Navigating: pathways toward integral ecology in the Zé Açu region (Parintins, AM): from an extensionist practice to a scientific case study

ABSTRACT

This paper presents an experience report based on an extension field activity carried out in the Zé Açu region, in the municipality of Parintins, Amazonas, Brazil, within the project "PUC Minas and National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) in Mission in the Amazon – Navegar: Crossings toward Integral Ecology." Grounded in the inseparability of teaching, research, and extension, the study aimed to conduct a rapid and participatory assessment of rural communities in the region in order to support the shared construction of future extension actions. The results reveal a riverside territory marked by significant socio-environmental vulnerabilities, particularly in health, sanitation, infrastructure, education, mobility, energy supply, and income generation. At the same time, they highlight strong community organization, local leadership, traditional knowledge, cooperation networks, and a high degree of openness to dialogue with the university. The relevance of this experience lies in producing knowledge grounded in direct engagement with the local reality and attentive listening to the community, thereby helping to prevent decontextualized proposals and strengthening local stakeholders' agency in setting priorities. The experience shows that university extension, when guided by qualified listening, the ecology of knowledges, and the co-production of knowledge, can move beyond assistentialist practices and become an instrument of social transformation. The study concludes that the participatory assessment provides a consistent basis for interdisciplinary extension actions that are territorially grounded and committed to integral ecology and the protagonism of Amazonian communities.

Keywords: university extension; rapid participatory assessment; integral ecology; riverside communities; Parintins.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária transcende a concepção simplista de prestação de serviços ou assistencialismo; ela se firma como um pilar indispensável da formação acadêmica e da produção de saber legitimado (Leobett *et al*., 2023). Trata-se de um dos principais canais de interação entre a universidade e a comunidade, estabelecendo com

ela uma relação simultaneamente dialógica e simbiótica (Nunes; Silva, 2011). Essa interlocução ganha potência quando articula rigor acadêmico e demandas sociais, transformando vivências locais em conhecimento científico por meio da interação dialógica e da coprodução de saberes (Nogueira *et al*. (2013).

Nessa perspectiva, o território, entendido como um espaço vivido, historicamente produzido pelas relações sociais e constituído pela interação dinâmica entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2000), constitui-se como espaço privilegiado de encontro entre diferentes racionalidades e formas de conhecimento. No mesmo sentido, a "ecologia de saberes" de Boaventura de Sousa Santos (2007), também ganha relevância ao defender a valorização da pluralidade epistemológica e o diálogo horizontal entre conhecimentos científicos e populares.

Embalado por esses princípios, o presente trabalho apresenta um relato de experiência de uma incursão realizada por uma equipe multidisciplinar na realidade das comunidades rurais da região denominada Zé Açu, localizada no município de Parintins, no estado do Amazonas, com vistas a realizar um diagnóstico rápido e participativo da realidade, de modo a subsidiar a coconstrução com os membros daquelas comunidades de ações extensionistas. Este relato é fruto do projeto "PUC Minas e CNBB em Missão na Amazônia", cujo o lema é "Navegar: Travessias para a Ecologia Integral". O projeto nasce do diálogo fecundo e da convergência institucional entre a PUC Minas e a Comissão Episcopal para Cultura e Educação da CNBB. Expressa o desejo comum de promover uma ação educativa e pastoral que seja, simultaneamente, científica e humanizadora, sensível às realidades dos saberes amazônicos e orientada por práticas extensionistas, de pesquisa e de ensino que valorizem o protagonismo dos povos e comunidades locais.

A vivência na comunidade ribeirinha permitiu a coconstrução de uma proposta de ação extensionista que não se propõe a ser concebida de forma vertical e descontextualizada da realidade local. O diagnóstico participativo trouxe à tona um saber crítico e reflexivo, sensível às histórias e às vivências relatadas pelas pessoas e comprometido com os reais interesses das comunidades ribeirinhas e com uma educação capaz de responder as necessidades sociais.

Destaque-se que o relato de experiência (RE) é um gênero científico legítimo, fundamental para a disseminação de inovações em cenários onde a confirmação quantitativa ainda não é o método primordial (Gontijo; Rocha; Flor, 2008). O RE consiste, portanto, na descrição de um acontecimento ou prática, que, na maioria das vezes, não deriva de pesquisas formais, mas sim da vivência individual ou coletiva de profissionais diante de determinada situação. Ainda assim, podem estar associados a investigações originais, como quando descrevem a aplicação de uma metodologia específica ou a implementação de uma ação extensionista.

Por se tratar essencialmente de um texto descritivo, é imprescindível detalhar minuciosamente o ocorrido, de modo a possibilitar sua replicação por outros profissionais ou, ao menos, servir como referência e inspiração para práticas semelhantes (Casarin; Porto, 2021). O RE possui um valor educacional inestimável por introduzir "novidades" e tendências em áreas de estudo dinâmicas (Gontijo; Rocha; Flor, 2008). Destaque-se, por fim, que esse tipo de produção não exige, necessariamente, aprovação por comitê de ética em pesquisa, embora deva observar rigorosamente a legislação vigente e os princípios éticos aplicáveis.

Porém, para que um manuscrito alcance alto impacto, ele deve seguir os pressupostos de Mussi, Flores e Almeida (2021), que exigem a descrição precisa da ação extensionista aliada ao embasamento científico e à reflexão crítica. A excelência do relato está intrinsecamente ligada ao rigor metodológico adotado durante a execução da atividade, garantindo que a narrativa não seja meramente descritiva, mas analítica.

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro seções. Após esta introdução, apresentamos a metodologia empregada na elaboração do diagnóstico rápido e participativo; seguida da apresentação da área de estudos. Na sequência, destacamos a voz das comunidades e encerramos o artigo com uma relação de potenciais ações extensionistas e uma breve conclusão.

2 METODOLOGIA DE TRABALHO

A construção do diagnóstico situacional no município de Parintins, com ênfase nas comunidades ribeirinhas da região do Zé Açu, fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, exploratória e participativa, alinhada aos pressupostos do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Tal abordagem articula múltiplas técnicas de coleta de dados, combinando levantamento secundário, observação direta, entrevistas e escuta qualificada de atores locais, com vistas à apreensão integrada das dimensões socioambientais, econômicas e de saúde do território.

Previamente à incursão de campo, realizou-se levantamento bibliográfico e documental, contemplando dados demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, bem como informações institucionais relativas à organização do sistema de saúde local. Essa etapa teve como finalidade subsidiar a construção de instrumentos de coleta e orientar a leitura preliminar do território, em consonância com os protocolos definidos no âmbito do Projeto Navegar.

Uma vez no campo, procedeu-se à elaboração um diagnóstico da situação-problema. Esse procedimento permitiu evidenciar os principais desafios e potencialidades de determinado contexto, bem como os fatores que os condicionam. Tal caracterização deve ser suficientemente abrangente, de modo a contemplar diferentes dimensões, tais como a ambiental, econômica e social, favorecendo a identificação tanto de carências quanto de possibilidades. Ao mesmo tempo, deve apresentar profundidade analítica, permitindo compreender os determinantes das vulnerabilidades e potencialidades observadas. Por fim, é necessário que seja conduzida de forma clara e objetiva, garantindo a adequada apreensão da realidade. Em síntese, o diagnóstico consiste na identificação dos principais problemas a serem enfrentados e das prioridades de ações extensionistas, sem negligenciar os valores e as riquezas inerentes ao contexto local (Parreira; Diniz, 2023).

Como recurso metodológico, adotou-se o diagnóstico rápido e participativo (DRP), que representa uma abordagem que busca compreender a realidade local em curto prazo, com base na participação ativa da comunidade. O método valoriza o conhecimento dos sujeitos do território, permitindo que eles próprios analisem suas condições de vida,

identifiquem problemas e definam prioridades (Chambers, 1994). Essa abordagem ganha grande relevância, especialmente, quando os dados secundários são insuficientes para captar dimensões do espaço vivido, tais como percepções, conflitos e práticas cotidianas, e quando se pretende não apenas diagnosticar, mas também fortalecer o engajamento comunitário e orientar a definição de prioridades e ações de forma socialmente legitimada (Souza, 2009).

A incursão da equipe no campo contou com o fundamental apoio da Diocese de Parintins, com destaque para a Pastoral setor Zé Açu e da Associação Humanitária Universitários em Defesa da Vida. Os trabalhos de campo tiveram início com uma visita à sede municipal, por meio de acolhimento institucional e reuniões com lideranças locais. Foram conduzidas visitas técnicas (Hospital Padre Colombo) e observação sistemática da área urbana, complementadas por entrevistas informais. A etapa permitiu identificar fragilidades iniciais, especialmente na atenção primária e nas condições sanitárias, além de alinhar expectativas com atores locais. Conduziu-se, também, reunião com a Secretaria Municipal de Saúde para alinhamento institucional e definição de potencial apoio logístico. Complementarmente, realizou-se entrevista com especialista local, possibilitando aprofundar a compreensão histórica, territorial e sociopolítica da região.

Realizou-se uma incursão nas comunidades rurais da região do Zé Açu, com foco na comunidade-base. A equipe foi organizada em grupos temáticos (saúde, educação e questões sociais), utilizando o diário de campo para sistematizar os registros. Reuniões com profissionais locais, entrevistas com lideranças e observação diretas complementaram as informações coletadas. A escuta coletiva possibilitou identificar as principais demandas e vulnerabilidades das comunidades, envolvendo líderes comunitários, moderadores, associações, pescadores, agricultores, professores da educação básica, profissionais da saúde pública, que compõe a Estratégia da Saúde da Família, até os gestores públicos.

Tendo em vista a necessidade de ampliar o registro das percepções e vivências locais, a equipe do projeto elaborou um roteiro com perguntas que contemplaram diversas dimensões, incluindo as potencialidades e carências de cada comunidade, o qual foi

utilizado pelas lideranças como referência em discussões realizadas no âmbito de cada comunidade. As lideranças, por sua vez, encarregaram-se de sintetizar as impressões gerais, enviando, posteriormente, o registro detalhado dessas experiências. A equipe executora se debruçou sobre o vasto cabedal de informações coligidas em campo e produziu uma síntese analítica, que subsidiará futuras construções de ações extensionistas na região.

Os registros do diário de campo foram submetidos à leitura sistemática e interpretativa, buscando identificar necessidades, potencialidades e percepções manifestadas pelas comunidades ribeirinhas. As informações foram organizadas e analisadas considerando o contexto socioterritorial, as condições de saúde e os sentidos atribuídos pelos participantes às experiências relatadas.

3 PARINTINS

O município de Parintins está situado no estado do Amazonas, pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e à Microrregião de Parintins (Figura 1). O município possui área de aproximadamente 5.952 km² e está localizado a 369 km em linha reta de Manaus, capital do estado. Por via fluvial, essa distância é de cerca de 420 km (Prefeitura Municipal de Parintins, 2019). Com população estimada em 116 mil habitantes (IBGE, 2022), Parintins faz fronteira ao norte com Nhamundá, ao sul com Barreirinha, a leste com Juruti (PA) e a oeste com Urucurituba. O território municipal é composto por três distritos: Parintins (sede), Mocambo e Caburi.

O relevo municipal apresenta três principais tipologias: igapós e várzeas (48% da área), baixos platôs ou terra firme (17%), e áreas intermediárias. Os igapós são permanentemente alagados, com vegetação adaptada à submersão contínua. As várzeas, por sua vez, são inundadas sazonalmente durante as cheias dos rios. Já os baixos platôs permanecem secos na maior parte do ano, abrigando os principais núcleos urbanos (Prefeitura Municipal de Parintins, 2019). A paisagem é marcada por áreas de várzea e terras firmes, que influenciam diretamente a organização do espaço urbano e as atividades

econômicas, predominantemente voltadas à pesca, ao extrativismo e à agricultura de subsistência (Silva, 2009). A ausência de ligação rodoviária com a capital torna o acesso ao município exclusivamente fluvial ou aéreo, reforçando sua condição de "cidade arquipélago", onde o meio natural impõe limites à expansão urbana e exige adaptações nas práticas cotidianas (Bartoli, 2020). O Lago Zé Açu, principal manancial de água doce da localidade, situa-se a aproximadamente 11 km da sede municipal, apresentando uma calha principal com 19,512 km de extensão linear (Pacheco, 2013).

Esse contexto geográfico molda um modo de vida anfíbio, em que o ciclo das cheias e vazantes orienta o uso do solo, os transportes, as atividades produtivas e até as festividades locais. As várzeas, férteis, porém instáveis, são utilizadas para agricultura sazonal e extrativismo, enquanto as terras firmes concentram os principais bairros urbanos e agrovilas. O município é acessado por embarcações regionais via Rio Amazonas e seus afluentes, ou por via aérea, através do Aeroporto Júlio Belém, localizado no bairro Parananema, com voos diários para Manaus, com duração média de 1h15.

A origem de Parintins remonta ao século XVIII, com a fundação da antiga Vila Bela da Imperatriz sobre um aldeamento indígena, durante a ocupação portuguesa da calha média do Amazonas. Desde então, o município desenvolveu uma identidade ribeirinha, tendo o Rio Amazonas como eixo estruturante da vida social e econômica (Souza, 1998).

O crescimento urbano foi gradual, impulsionado por ciclos econômicos como as "drogas do sertão", a borracha, e posteriormente a produção de juta e malva, que consolidaram o papel regional da cidade no século XX (Bartoli, 2020). Durante o ciclo da borracha (1850–1920), Parintins expandiu modestamente, formando o núcleo central que ainda hoje concentra comércio e serviços públicos. A partir da década de 1950, a urbanização se intensificou com a migração de populações rurais. Já nos anos 1990, Parintins passou a apresentar características de cidade média regional, com diversificação comercial, expansão periférica e forte dependência dos fluxos fluviais.

Atualmente, o município possui uma configuração mista: uma sede urbana consolidada, uma extensa zona rural fluvial com dezenas de comunidades ribeirinhas, e

vilas como Mocambo, Caburi e Vila Amazônia, que funcionam como polos intermediários entre o campo e a cidade (Silva, 2009). A zona rural de Parintins caracteriza-se pela ampla dispersão espacial e pela forte dependência dos rios como principal meio de acesso e circulação. As comunidades estão distribuídas ao longo dos rios Amazonas, Uaicurapá, Mamuru e Andirá, sendo muitas acessíveis apenas por embarcações regionais. A economia rural baseia-se na agricultura de subsistência (mandioca, milho, banana, melancia), no extrativismo vegetal e pesqueiro, e na criação de pequenos animais. A maioria das famílias vive com renda de até dois salários mínimos, complementada por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Os serviços públicos são precários, havendo carência de saneamento básico, coleta regular de lixo, fornecimento contínuo de energia elétrica e atendimento médico especializado. A mobilidade fluvial é onerosa e condicionada pelas variações climáticas e pelo regime das águas.

Figura 1



Fonte: Laboratório de Cartografia – PUC Minas (2025).

Audiodescrição: O mapa apresenta a localização e a distribuição de comunidades ribeirinhas na região do rio Zé Açu, no município de Parintins, estado do Amazonas. O fundo do mapa é predominantemente amarelo-claro, representando a área terrestre. À esquerda, destacam-se extensos corpos d'água em porções lineares azuis, incluindo o rio Amazonas e diversos lagos e canais conectados. Entre eles aparecem denominações como Lago Maracá, Paraná do Espírito Santo, Lago do Zé Açu e Lago do Limão. Espalhadas pela área central e nordeste do mapa encontram-se diversas comunidades rurais, representadas por símbolos de casas pretas. Próximo a esses símbolos aparecem os nomes das localidades, como Vila Amazônia, Bom Socorro, Nova Esperança, Santa Rita do Zé Açu, São Tomé, Santa Maria, entre outras. Os povoados estão distribuídos ao longo de estradas e cursos d'água. A vegetação é indicada por pequenos símbolos verdes de árvores, concentrados em diferentes trechos do território e identificados na legenda como áreas de mata. Também aparecem áreas classificadas como pasto, representadas por símbolos verdes específicos, e fazendas de bovinos, sinalizadas por ícones correspondentes. As estradas são representadas por linhas tracejadas em laranja-avermelhado que conectam as comunidades. Alguns símbolos indicam igrejas, portos e antigas usinas. O centro urbano de Parintins está localizado na porção noroeste do mapa, próximo ao rio Amazonas. No canto superior direito há um mapa de localização, mostrando o estado do Amazonas destacado dentro do Brasil, com uma seta indicando a posição aproximada da área de estudo. À direita do mapa principal encontra-se a legenda, que apresenta os símbolos utilizados para identificar Parintins, sedes das comunidades, pastos, fazendas de bovinos, igrejas, portos, antigas usinas, áreas de mata, estradas e corpos d'água. Na parte inferior direita aparecem a escala gráfica de 0 a 3 quilômetros, a escala numérica de 1:70.000, o norte geográfico indicado por uma seta e as referências cartográficas do mapa.

3.1 A região do Zé Açu (Parintins, AM)

A região do Zé Açu localiza-se no sudeste do município de Parintins, no estado do Amazonas, integrando o contexto rural amazônico e apresentando forte articulação com

a cidade sede. Trata-se de um território composto por comunidades ribeirinhas cuja organização espacial e social está diretamente vinculada à dinâmica do lago do Zé Açu e à rede hidrográfica regional. Conforme Silva e Fraxe (2016), o território localiza-se a sudeste do município de Parintins, cerca de 14 km da sede municipal, sendo composto de sete comunidades rurais, dentre as quais se destacam Bom Socorro do Zé Açu, considerada comunidade-polo, Boa Esperança, Nossa Senhora das Graças, Santa Fé, São Sebastião do Paraíso, Zé Miri e Brasil Roça. Essas comunidades mantêm entre si relações de cooperação e complementaridade, compartilhando serviços, espaços religiosos e práticas econômicas, o que reforça a coesão social e a organização comunitária.

A estrutura territorial dessas comunidades está profundamente relacionada ao lago do Zé Açu, que desempenha múltiplas funções, estabelecendo concomitantemente a condição de eixo de circulação, fonte de subsistência e elemento central da vida social. Nesse sentido, o lago constitui via de acesso que interliga as comunidades com a cidade de Parintins, além de ser espaço de lazer, alimentação e reprodução da vida social dos ribeirinhos (Silva; Fraxe, 2016).

Do ponto de vista demográfico, estima-se que a população total da região varie entre 900 e 1.300 habitantes, com predominância de crianças e adolescentes (38% a 42%), seguida por adultos em idade economicamente ativa (cerca de 48%) e uma menor proporção de idosos (10% a 12%). A taxa de natalidade é considerada elevada, situando-se entre 18 e 22 nascimentos por mil habitantes, o que reforça a juventude da estrutura populacional (UNIVIDA, 2025).

Do ponto de vista socioespacial, o Zé Açu caracteriza-se como um território ribeirinho, no qual a relação entre sociedade e natureza é estruturante (Albarado; Vasconcelos, 2021). A reprodução social das famílias está diretamente associada ao uso dos recursos naturais, sobretudo a terra e a água, sendo que “é pela agricultura e a pesca que são repassados os conhecimentos tradicionais, onde a terra e a água tornam-se o lócus da reprodução da vida das famílias ribeirinhas”. Esse aspecto evidencia a centralidade das práticas produtivas tradicionais na constituição das territorialidades locais (Silva; Fraxe, 2016).

A economia regional baseia-se predominantemente na agricultura familiar e na pesca, configurando um sistema produtivo voltado tanto à subsistência quanto à inserção em circuitos mercantis locais (Albarado; Vasconcelos, 2021). Conforme Silva (2015), essas atividades não apenas garantem a sobrevivência material das famílias, mas também sustentam a transmissão de saberes e a manutenção das identidades culturais, articulando dimensões econômicas, sociais e simbólicas.

A região também apresenta uma forte dimensão cultural e simbólica, expressa na religiosidade, nas festas populares e nas práticas comunitárias. Essas manifestações desempenham papel central na coesão social e na reafirmação identitária, contribuindo para a continuidade das territorialidades ribeirinhas. Nesse contexto, "os ritos religiosos e as festas folclóricas ajudam a manter a estrutura social, cultural e territorial" das comunidades (Silva, 2015).

Do ponto de vista organizativo, a região do Zé Açu é marcada pela presença de redes sociais locais, compostas por associações, cooperativas e outras formas de organização comunitária. Essas redes são fundamentais para o acesso a políticas públicas e para a construção de estratégias de desenvolvimento local. Como destaca Bandeira (2021), tais organizações "possibilitam protagonismo para os atores sociais e contribuem para alcançar as políticas públicas do Estado e condicionar o processo de desenvolvimento local"

Entretanto, a região enfrenta importantes desafios socioambientais. Entre os principais problemas identificados estão o assoreamento do lago, o desmatamento associado à expansão da pecuária, a extração mineral e o aumento da produção de resíduos sólidos com destinação inadequada. Tais processos impactam diretamente os modos de vida locais, evidenciando a fragilidade ambiental e a limitada atuação de instituições públicas na gestão do território (Silva; Fraxe, 2016).

Além disso, a condição ribeirinha implica uma posição social historicamente marcada por vulnerabilidades e desigualdades. Como evidenciado em Comissão Pastoral da Terra (2007), os próprios moradores reconhecem que os ribeirinhos frequentemente têm "pouca voz e vez" nos processos decisórios, sendo alvo de práticas políticas que nem

sempre resultam em melhorias estruturais. Essa percepção reforça a importância das formas de organização coletiva como mecanismos de resistência e afirmação territorial.

Por fim, a região do Zé Açu pode ser compreendida como um território socialmente construído, no qual se entrelaçam dimensões ambientais, econômicas, culturais e políticas. Trata-se de um espaço marcado por permanências e transformações, onde os modos de vida tradicionais coexistem com processos de mudança associados à modernização e à ampliação das relações com o meio urbano. Nesse sentido, o território expressa "a relação da sociedade com o espaço construído e apropriado", sendo resultado de práticas sociais historicamente constituídas (Silva; Fraxe, 2016).

4 AS VOZES DAS COMUNIDADES

A dimensão ética da extensão repudia a invasão cultural, devendo esta ser compreendida como um processo dialógico de troca de saberes (Freire, 2014). Afinal, a acepção tradicional da extensão remete a uma transmissão vertical, unilateral e antidialógica do conhecimento, no qual a Universidade assume uma condição de autoridade. Por sua vez, na acepção defendida por Freire (2014) a extensão é entendida como um processo horizontal, crítico e dialógico onde ocorre a verdadeira troca de saberes entre a Universidade e a comunidade.

Dessa forma, integrar o conhecimento popular ao texto científico não o descaracteriza, mas a valida como evidência legítima de cidadania e qualidade de vida. Ao dar voz aos atores sociais e incluir suas perspectivas no relato, os pesquisadores demonstram um amadurecimento profissional que rompe com o elitismo acadêmico e fortalece o impacto social da ciência.

A análise das entrevistas informais e dos questionários aplicados junto às comunidades da região do Zé Açu permite construir um diagnóstico consistente das condições de vida, das principais carências e das percepções locais sobre os desafios enfrentados. Ainda que cada comunidade apresente especificidades, observa-se um

padrão recorrente de vulnerabilidades estruturais, acompanhado de elevado grau de consciência coletiva acerca dos problemas e das possíveis soluções.

Na comunidade São Sebastião do Paraíso, destacam-se como principais problemas o uso de álcool e drogas e a ausência de processos sistemáticos de conscientização da juventude, associados a fragilidades nos hábitos de saúde e alimentação. A condição de saúde é percebida como regular, com problemas relacionados à qualidade da água e à alimentação. A infraestrutura ambiental é precária, marcada pelo uso de água sem tratamento, presença de lixo e queimadas. Do ponto de vista econômico, observa-se forte dependência de programas sociais, aliada à falta de transporte e de assistência técnica, o que limita a produção agrícola e a geração de renda.

Na comunidade Nossa Senhora de Nazaré, as dificuldades estruturais se expressam na falta de incentivo do poder público, na precariedade da infraestrutura e na irregularidade do fornecimento de energia. A saúde é considerada apenas parcialmente satisfatória, com incidência de viroses, diarreia e hipertensão, além de atendimento insuficiente. A qualidade da água é apontada como crítica, com impactos diretos na ocorrência de doenças. A comunidade também enfrenta conflitos ambientais, como extração de areia e invasão de terras. No plano econômico, a produção de farinha encontra limitações importantes, sobretudo pela ausência de crédito e assistência técnica.

Na comunidade Nossa Senhora do Bom Socorro, os problemas sociais incluem o uso de álcool e drogas, dificuldades de mobilidade e questões relacionadas ao uso excessivo de tecnologias, especialmente entre os jovens. A saúde é considerada razoável, porém marcada por limitações no acesso a especialistas e pela presença de doenças intestinais e problemas de saúde mental. A infraestrutura apresenta deficiências importantes, com água não tratada e problemas ambientais como queimadas e erosão. A economia é frágil, com dependência de programas sociais e baixo incentivo à agricultura. No campo educacional, destacam-se dificuldades relacionadas à leitura, à ausência de infraestrutura tecnológica e à baixa qualidade da conexão à internet.

Na comunidade Nova Esperança, as carências estruturais são ainda mais acentuadas, com destaque para as condições precárias das estradas, a irregularidade no

fornecimento de energia e a fragilidade dos serviços de saúde. A população enfrenta doenças recorrentes, como gripe, diarreia e hipertensão, e relata dificuldades significativas de acesso a atendimento médico, inclusive em situações de urgência. Problemas ambientais, como lixo, água contaminada e desmatamento, também são recorrentes. A economia local baseia-se na produção agrícola, mas enfrenta obstáculos relacionados ao transporte e à organização produtiva, enquanto a educação carece de melhores condições estruturais e de oportunidades de formação.

Na comunidade Santa Fé, os principais problemas sociais incluem o uso de drogas, o uso inadequado de celulares e a fragilidade do diálogo comunitário. A saúde é avaliada positivamente, porém há registros da prevalência de doenças como gripe, diarreia, diabetes e hipertensão. A comunidade demanda maior frequência de atendimento e maior agilidade na realização de exames. No campo ambiental, destacam-se a ausência de tratamento de água, problemas com lixo, erosão e queimadas, além da necessidade de melhoria das estradas. Diferentemente de outras comunidades, observa-se a presença de uma organização produtiva mais estruturada, com associações e grupos comunitários ativos.

A análise integrada dessas informações evidencia que as comunidades do Zé Açu compartilham um conjunto de carências estruturais comuns. No campo da saúde, predominam dificuldades de acesso, insuficiência de atendimento e alta incidência de doenças infecciosas, crônicas e relacionadas à saúde mental. No que se refere à infraestrutura, a ausência de saneamento básico, o uso de água não tratada, a precariedade das estradas, ausência de transporte público e a instabilidade no fornecimento de energia configuram um quadro de vulnerabilidade generalizada. Do ponto de vista econômico, destaca-se a baixa renda, a dependência de programas sociais e a fragilidade da produção agrícola, agravada pela falta de assistência técnica, crédito e logística adequada. No campo educacional, persistem dificuldades relacionadas à qualidade do ensino, à infraestrutura e às perspectivas para a juventude, frequentemente associadas a problemas sociais como o uso de drogas e a evasão.

Entretanto, esse conjunto de fragilidades é acompanhado por elementos que indicam significativo potencial de transformação. As comunidades demonstram forte capacidade de organização, presença de lideranças locais e clareza na identificação de suas demandas. Além disso, há uma base produtiva já estabelecida, ainda que limitada, e interesse explícito em iniciativas de capacitação, fortalecimento econômico e melhoria das condições de vida. Nesse sentido, o diagnóstico revela que as comunidades não apenas enfrentam carências, mas também dispõem de conhecimento sobre suas próprias necessidades e caminhos de solução, o que configura um ambiente propício para a implementação de ações extensionistas de caráter participativo e estruturante.

5 POTENCIAIS AÇÕES EXTENSIONISTAS

A análise territorial realizada na região do Zé Açu evidencia uma estreita convergência entre os desafios locais identificados e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. As vulnerabilidades observadas nos campos da saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento econômico e meio ambiente revelam obstáculos que ultrapassam a escala local, inserindo-se em problemáticas globais relacionadas à redução das desigualdades e à promoção do desenvolvimento sustentável. As pesquisas de gabinete e a imersão na realidade da região de Zé Açu revelam para além das profundas carências estruturais, significativos potenciais para a implementação de ações extensionistas de caráter transformador.

No campo da saúde, destacam-se fragilidades importantes na atenção primária, especialmente no acompanhamento pré-natal, associadas à elevada prevalência de agravos como infecções sexualmente transmissíveis, gestação na adolescência, hipertensão, diabetes, transtornos mentais, uso de álcool e outras drogas, além de casos de violência doméstica e autoextermínio. Soma-se a esse quadro a ausência de profissionais especializados, como psicólogos, a dificuldade de acesso a exames e serviços de maior complexidade e limitações estruturais decorrentes, inclusive, da instabilidade no fornecimento de energia elétrica, que compromete o funcionamento

adequado das unidades de saúde. De forma complementar, os dados indicam dificuldades recorrentes no acesso a medicamentos, transporte para atendimento e continuidade do cuidado, evidenciando a vulnerabilidade do sistema local de saúde. Estas dificuldades identificadas relacionam-se diretamente com as metas redução da mortalidade materna, promoção da saúde mental e bem-estar, prevenção e tratamento do abuso de substâncias psicoativas, acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e cobertura universal de saúde do ODS 3.

No que se refere à infraestrutura e às condições de vida, que se vinculam diretamente ao ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), a região apresenta limitações expressivas, como a ausência de sistemas estruturados de saneamento básico, o uso de fontes de água sem tratamento adequado, a irregularidade no fornecimento de energia elétrica e a precariedade das vias de acesso, especialmente no período chuvoso, quando as estradas se tornam praticamente intransitáveis. Tais condições dificultam não apenas o deslocamento da população, mas também o escoamento da produção e o acesso a serviços essenciais. As moradias, predominantemente de madeira, apresentam, em muitos casos, vulnerabilidades estruturais associadas à umidade e às condições climáticas da região.

No campo educacional, observa-se a predominância de turmas multisseriadas e a necessidade de deslocamento para outras localidades para a continuidade dos estudos em níveis mais avançados, o que, associado às dificuldades de transporte e às limitações econômicas, contribui para a evasão escolar. A presença de escolas locais e a demanda por formação continuada também constituem oportunidades relevantes para ações extensionistas à educação popular, à alfabetização científica e à formação de lideranças comunitárias, que dialogam com os ODS 4 (Educação de Qualidade).

Do ponto de vista econômico, a região caracteriza-se por baixa renda familiar, forte dependência de programas sociais e reduzida diversificação produtiva, o que limita as possibilidades de geração de renda e reforça a vulnerabilidade socioeconômica, que dialogam diretamente com os ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Nesse

sentido, a valorização da agricultura familiar, dos sistemas agroflorestais, da pesca artesanal e dos conhecimentos tradicionais apresenta potencial para fomentar iniciativas de geração de renda, empreendedorismo comunitário e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis.

Ademais, a dinâmica ambiental revela pressões significativas, como assoreamento de corpos d'água, desmatamento, erosão e queimadas, que impactam diretamente os modos de vida locais e a sustentabilidade do território.

Entretanto, paralelamente a esse conjunto de fragilidades, a região do Zé Açu apresenta um conjunto expressivo de potencialidades que a tornam particularmente propícia à implementação de ações extensionistas estruturantes. Destaca-se, em primeiro lugar, a forte organização comunitária, evidenciada pela presença de lideranças locais, pela realização de mutirões e pela existência de redes de cooperação que sustentam a vida social e produtiva. A isso se soma o papel central da Igreja Católica como instância articuladora da vida social e política, conferindo capilaridade e legitimidade a iniciativas de caráter educativo, social e pastoral, que configuram elementos centrais para o fortalecimento do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e, sobretudo, do ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), uma vez que favorecem processos colaborativos de construção do conhecimento, participação social e corresponsabilidade na formulação de soluções para os problemas locais.

No plano produtivo, a existência de uma base consolidada de agricultura familiar, associada a sistemas agroflorestais espontâneos, pesca artesanal e conhecimentos tradicionais, configura um campo fértil para o desenvolvimento de ações voltadas à agroecologia, ao manejo sustentável e à valorização das cadeias produtivas locais.

Ademais, há uma demanda explícita por capacitação técnica, especialmente na área da saúde, envolvendo atualização profissional, qualificação de práticas clínicas e formação continuada das equipes locais, o que abre espaço para iniciativas de extensão voltadas à educação permanente. Outro aspecto relevante refere-se à existência de equipamentos institucionais, como escolas, unidades de saúde e espaços comunitários,

que podem funcionar como pontos de apoio para a implementação de ações integradas, articulando saúde, educação e desenvolvimento comunitário.

Soma-se a isso o elevado grau de receptividade das comunidades à presença da universidade, acompanhado de expectativas concretas quanto à construção conjunta de soluções e à continuidade das ações, o que constitui condição fundamental para o êxito de iniciativas extensionistas.

Em síntese, a região do Zé Açu configura-se como um território em que carências estruturais significativas coexistem com elevado capital social, cultural e ambiental. Tal combinação indica que as ações extensionistas com maior potencial de impacto são aquelas capazes de articular diferentes dimensões, tais como a saúde, educação, produção, valorizando os saberes locais, promovendo processos formativos contínuos e estabelecendo vínculos duradouros com a comunidade. Nesse contexto, a extensão universitária pode transcender o caráter assistencial e afirmar-se como instrumento efetivo de transformação social, ancorado na construção compartilhada de conhecimento e na valorização das potencialidades do território.

6 CONCLUSÃO

A experiência extensionista desenvolvida na região do Zé Açu evidencia, de forma concreta, os fundamentos teóricos apresentados na introdução, especialmente no que se refere ao papel estruturante da extensão universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa. Ao inserir a universidade em um território marcado por profundas desigualdades socioespaciais, o diagnóstico realizado não apenas possibilitou a identificação de carências estruturais, mas também promoveu a retroalimentação do conhecimento acadêmico a partir da realidade vivida pelas comunidades, reafirmando a extensão como espaço de produção de saber legitimado.

Os resultados demonstram que as comunidades do Zé Açu enfrentam desafios significativos nos campos da saúde, infraestrutura, educação e economia, configurando um quadro de vulnerabilidade que impacta diretamente suas condições de vida. Contudo, em consonância com a perspectiva dialógica defendida por Nunes e Silva (2011) e Freire

(2014), o processo de escuta qualificada revelou que essas comunidades não são meros receptores passivos de intervenções externas, mas sujeitos ativos, portadores de saberes, práticas e interpretações sobre sua própria realidade. Nesse sentido, o diagnóstico não se limitou à identificação de problemas, mas incorporou as vozes locais como elemento central da análise, qualificando o processo como efetivamente participativo.

A metodologia adotada, baseada no Diagnóstico Rápido Participativo, mostrou-se adequada ao propósito do trabalho, ao permitir uma leitura integrada e multiescalar do território, contemplando dimensões socioambientais, econômicas e culturais. Essa abordagem reforça a premissa de que a efetividade das ações extensionistas está diretamente condicionada à qualidade do diagnóstico, que deve ser simultaneamente abrangente, profundo e operacional, conforme destacado na introdução.

Adicionalmente, os resultados evidenciam que, ao lado das carências estruturais, existe um conjunto expressivo de potencialidades, como a forte organização comunitária, a presença de redes sociais locais, a base produtiva existente e a abertura ao diálogo com a universidade. Esses elementos confirmam a noção de que a extensão, quando orientada pela reciprocidade e pela coprodução de conhecimento, pode transcender práticas assistencialistas e assumir um caráter transformador. Por fim, o presente relato de experiência reafirma a relevância desse gênero científico como instrumento de sistematização e disseminação de práticas inovadoras, especialmente em contextos nos quais a produção de dados quantitativos ainda é limitada. Ao articular descrição empírica, rigor metodológico e reflexão crítica, o estudo contribui para a consolidação de uma extensão universitária comprometida com a transformação social, na qual o território deixa de ser apenas objeto de intervenção para se tornar sujeito na construção do conhecimento.

Apesar de suas múltiplas realizações, deve-se salientar as limitações da experiência, associadas ao curto período de imersão, o caráter exploratório e predominantemente qualitativo do diagnóstico e a participação desigual dos diferentes segmentos comunitários, fatores que restringem a generalização dos resultados e a compreensão das variações sazonais do território. A dispersão geográfica das

comunidades, as dificuldades de deslocamento e comunicação e a necessidade de sistematizar registros produzidos por uma equipe multidisciplinar também constituíram desafios à execução. Essas fragilidades sugerem que as próximas etapas devem contemplar visitas regulares, maior diversidade de participantes, produção de dados quantitativos e construção de indicadores de acompanhamento. Recomenda-se, ainda, que futuras ações extensionistas e investigações sejam planejadas, executadas e avaliadas conjuntamente com as comunidades, assegurando continuidade institucional, devolutiva dos resultados e revisão periódica das prioridades locais.

REFERÊNCIAS

ALBARADO, Edilson da Costa; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. Turismo comunitário sustentável no lago Zé Açu no município de Parintins (AM). **Revista Eletrônica Mutações**, Manaus, v. 14, n. 23, 2021.

BANDEIRA, Wendell Lima. **Organização social e as redes sociais para o desenvolvimento local:** o caso da COOPAZÇU na região do Zé Açu, município de Parintins/AM. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – UNILA, Paraná, 2021.

BARTOLI, Estevan. A cidade arquipélago: expansão e morfologia urbana de Parintins (AM). **Revista de Desenvolvimento Econômico** (RDE), Salvador, v. 2, n. 46, 2020.
CASARIN, Sidnéia Tessmer; PORTO, Adrize Rutz. Relato de experiência e estudo de caso: algumas considerações. **Journal of Nursing and Health**, Pelotas, v. 11, n. 4, 2021.

CHAMBERS, Robert. Participatory rural appraisal (PRA): analysis of experience. **World Development**, [S. l.] v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994.
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Ribeirinhos da região do Zé Açu em defesa de sua história e da natureza.** Manaus: PNCSA, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GONTIJO, Bernardo; ROCHA, Débora Millard; FLOR, Érica Morais. Relatos de caso: seu papel em um periódico médico. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 83, n. 6, p. 561-565, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados: Parintins (AM). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/parintins.html. Acesso em: 26 out. 2025.

LEOBETT, Jaqueline Steffler *et al.* A importância da extensão universitária: programa Amigos da Reciclagem. **Revista Extensão & Sociedade**, Natal, v. 15, n. 1, 2023.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Bahia, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel *et al*. (org.). **Avaliação da extensão universitária:** práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2013.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-estar e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

PACHECO, Josuete Brandão. **Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açu e Tracajá na Amazônia Ocidental.** 2013. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2013.

PARINTINS. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Parintins: diagnóstico, metas e programas estruturantes (2017–2036).** Parintins: Prefeitura Municipal de Parintins, 2019. Disponível em: Prefeitura de Parintins – Plano Municipal de Saneamento Básico. Acesso em: 4 ago. 2026

PARREIRA, Jacyra Antunes; DINIZ, Alexandre M. A. O diagnóstico da situação problema em projetos de extensão. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, p. 16-32, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.
SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, 2000.
SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Territorialidades rurais no município de**

Parintins: habitus, circularidade da cultura e *ethos* ambiental na localidade do Zé Açu. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) – UFAM, Manaus, 2015.

SILVA, Charlene Maria Muniz da; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Territorialidades ribeirinhas: habitus, *ethos* ambiental e sustentabilidade no lago do Zé Açu/Parintins-AM. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 10, n. 3, p. 155–178, 2016.
SILVA, Charlene Maria Muniz da Mocambo, **Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins:** múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UNIVIDA – Associação Humanitária em Defesa da Vida. Diagnóstico – Setor Zé Açu: Vila Amazônia – Município de Parintins (AM). Documento técnico preparado para a Missão PUC–Minas, 2024.